AUTOR(ES): MARIA GABRIELA SOARES DOS SANTOS RUAS, IESSA BATISTA VIEIRA MENDES, BARBARA TEREZINHA SEPULVEDA BARROS, ROMILDA SÉRGIA DE OLIVEIRA e JANIKELLE BESSA OLIVEIRA.
ORIENTADOR(A): ROMILDA SÉRGIA DE OLIVEIRA

"SE CORTAM DIREITOS, QUEM É PRETA E POBRE SENTE PRIMEIRO"

Introdução

Pretende-se neste resumo expandido apresentar uma análise preliminar, com base em levantamento bibliográfico, acerca do acesso às políticas públicas no Brasil, e como a falta das mesmas relaciona-se com o agravamento da pobreza e da desigualdade social no país. Visa, por conseguinte, expor a discussão oriunda da campanha do conjunto CFESS/CRESS[1],que propõe a reflexão quanto às consequências dos cortes propostos pelo governo brasileiro para os grupos mais subalternizados. A campanha indica à necessidade de se considerar as implicações das hierarquias de raça e classe na conformação de tal realidade. Acreditamos que a condição de mulher representa outro complicador importante, assegurando a mulher negra centralidade nesse nosso estudo. Para análise proposta, faz-se uso do arcabouço teórico-metodológico adquiridos durante as discussões no projeto de iniciação cientifica Núcleo de Estudos Espaço Feminino, e da disciplina de Seguridade Social: Assistência Social, no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES.

Considerando a importante participação do Serviço Social no que tange à defesa de direitos, entendemos como essencial refletir sobre a problemática que envolve a política de cortes, sobretudo a quem mais atinge: mulheres negras, periféricas e em situação de vulnerabilidade social, condição que evidencia tanto uma cultura negligente por parte do Estado brasileiro, como um machismo e racismo estrutural, que refletem no cotidiano de forma explicita, moldam-se aos interesses de uma esfera de poder, com gênero, cor e condição financeira previamente estabelecidos.

Ao trazer a discussão referente às desigualdades sociais faz-se saber que por desigualdade social compreende-se a distribuição irregular da riqueza socialmente produzida entre os membros de determinada sociedade, difere-se, portanto da pobreza, que basicamente, liga-se a escassez. Percebe-se que é possível a existência de uma sociedade socialmente desigual sem que seus membros sejam necessariamente pobres, ou ainda, a existência de uma sociedade com presença de pobreza em grande escala que não se configure a desigualdade social.

Material e Métodos

Sustentadas por uma bibliografia, que traz apontamentos de autores clássicos e contemporâneos sobre o tema proposto, bem como, sites, livros, revistas, faze-se também uso de dados secundários do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) . Pretende-se discorrer sobre a cor e o gênero por trás dos altos índices de pobreza existentes no Brasil, que asseguram a reprodução de nossa desigualdade. Entendendo que as periferias no país se dão em período pós-escravocrata e que os índices de pobreza de pessoas negras em relação às brancas são de 78%, baseado nos números apresentados pelo IBGE em 2014, pretende-se então fazer um paralelo dessa temática em relação ao tripé da Seguridade Social,com foco na Assistência Social, bem como problematizar os efeitos dos cortes nos direitos e políticas social para com essa população.

.

Resultados e Discussão

Ao pensarmos acerca da Política Nacional de Assistência Social- PNAS automaticamente remetemos nosso pensamento a sua efetivação enquanto direito, no contexto da Constituição 1998. Entende-se, a partir de então, a Assistência enquanto responsabilidade do Estado, acessível a quem dela precisar. Diante do avanço da ideologia neoliberal vem sendo, porém, atacada, deslegitimada, reduzida à lógica da caridade e do assistencialismo. Parte da população, seduzida pela idéia do Estado mínimo, deixa de considerar seu potencial no sentido de redistribuição e redução da pobreza e da desigualdade, como direito do cidadão e dever do Estado. Na atual conjuntura do país, onde

[1] Conjunto CFESS/CRESS: Campanha relacionada ao 15 de maio dia do/a Assistente Social intitulada " Se cortam direito quem é preta e pobre sente primeiro"

trabalhadores devem, teoricamente, escolher entre trabalhar ou ter seus direitos garantidos,resgatar o período histórico de implementação da Assistência Social, marcada porlutas pela conquista dos direitos sociais, referencia-se na própria dimensão ético- política do Serviço Social, no compromisso que a profissão estabeleceu com os trabalhadores.

A garantia de direitos voltados à população feminina cabe um olhar que considere o fato de que somos governadas por homens, héteros e brancos, e que, por conseguinte pouco entendem a necessidade de se defender os interesses destas. Faz-se entender também que o Estado ao passo que deveria trabalhar na esfera da garantia de direitos se mantem omisso, por conta sua natureza classista e de forma histórica se mantém como um aliado de um sistema capitalista, contudo deve promover formas para que a sociedade seja atendida de forma efetiva por politicas publicas e sociais. Boschetti (2016) relata que"o Estado capitalista está em sua função de atuar na garantia de condições necessárias à reprodução do capital e à exploração inerente a força de trabalho". Faz-se saber que o contexto atua do Estado se da em uma conjuntura de desresposabilização pela garantia de necessidades sociais, assegura também uma continua acumulação capitalista. As jornadas de trabalho quando não pensadas para fazer com que a trabalhadora negra se envolva de forma com que se realize no trabalho torna então o cotidiano cansativo, alienado e que sobrecarrega emocionalmente essas mulheres as levando a um processo de adoecimento que reflete em sua vida exterior ao trabalho, o que nesta relação configura-se de acordo com Boschetti (2016) que na relação estrutural entre Estado e economia no capitalismo [...], o processo de constituição do valor e do mais valor determinado pela exploração da força de trabalho, como condição para a acumulação.

Não podemos concluir estas exposições sem compreender os contextos de matricialidadessócio-familiar que nos é apresentada na PNAS (2005), faz-se saber que altera-se as formas e composições de família de acordo com as alterações e reconfigurações dos espaços públicos e caráter socioeconômico, gerando pressões que acarretam um processo de exclusão sociocultural que gera às famílias, tornando evidentes suas fragilidades no sentido de fazer necessário que esta esteja inserida no âmbito das ações da política de assistência social, entendendo este espaço como de garantidor de direitos.

Entendendo que os rearranjos familiares em foco à vivência de mães soloque moldam sua vida para atender as necessidades de sua família. Mulheres que chefiam suas famílias e desenvolvem um exercício de nadar contra a corrente dos cortes de direitos bárbaros que são articulados ardilosamente para ferir uma população empobrecida e característica, entendendo que o ser social se forma em suas relações familiares sabe-se de acordo com o que consta na Politica Nacional De Assistência Social (2003) sobre a vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias.

> A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem. (Politica Nacional de Assistência Social. 2003. P.42).[2]

A partir do que nos é exposto faz-se saber que os rearranjos familiares, e as formas como a sociedade faz uma leitura de suas próprias fragilidades é necessário entender que as relações de enfrentamento ao desinteresse do Estado e criminalização das políticas públicas e sociais faz com que reflitamos acerca de como a assistência social é vista sob a ótica dessas. Portanto, as desigualdades que enfrentam não se limitam apenas à atuação do Estado, mas também a forma como é apresentada a sociedade sobre a garantia de direitos sociais. Com as interferências externas, mais precisamente da mídia sobre as famílias faz com que a apresentação, até mesmo dos cortes, faça que a população aceite de forma passiva a retirada dos mesmos. Para além de uma compreensão do real sentido de direitos que envolvem as políticas públicas cabe o entendimento de pertencimento em relação a esses.

Considerações Finais

Urge a necessidade de saber que há diversidade nos contextos e que é preciso lidar diretamente com as especificidades de cada grupo, promover discussões mais abrangentes, expondo os valores racistas e machistas já

[2] Disponível: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>

enraizados na sociedade desde muito cedo e estabelecer um ambiente onde as mulheres negras possam empoderar-se, e emancipassem enquanto ser social.

Para tanto é necessário entender que é em razão disso, da necessidade de atuação do Estado, que a assistência social está ligada em diversos momentos a ele, que como já foi enunciado neste artigo contribui também para manter o sistema capitalista que reflete em diversas formas e momentos nas expressões da "questão social" e desigualdades raciais e sociais. Contribui de forma expressiva para o agravamento da pobreza, e ainda tenta retroceder ao elencar políticas públicas e sociais fragmentadas, que infelizmente colaboram para manter um sistema de exploração de mão-de-obra barata e desvalorizada pelos detentores dos meios de produção que em sua maioria como já apresentado são homens que ocupam lugares de poder e que tentam impor seus privilégios como forma de doutrinação.

Necessita-se que trabalhemos na intensão de barrar todo e qualquer corte que venha para atingir a sociedade e por isso é pertinente refletirmos no pensamento de Carneiro (2011) a respeito de a figura da mulher estar associada à figura de Adão, no entanto fazemos parte de uma existência sem Adão onde as próprias mulheres buscam sua emancipação tendo em vista que de forma histórica são subtraídas e buscam para sua voz seja ouvida, e que o feminismo seja enegrecido para que não seja uma voz, mas que sejam muitas a ponto de calar as vozes exteriores que queiram calar a delas. Resistir e existir na luta por nenhum direito a menos.

Agradecimentos

Gratidão pela oportunidade de construir este espaço de ensino e aprendizagem com cada integrante do Núcleo de Estudos Espaço Feminino (NEFE) sigamos esperançosos para que outras pessoas possam estar neste lugar de apreensão de conhecimento tão caros à nós.

Referências

BOSCHETTI, I. As tensões entre assistência social e trabalho no Estado social capitalista. In.:**Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo-SP: Cortez, 2016. p. 61-108.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em:https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: de junho de 2019.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, M. **Desigualdades raciais no Brasil e suas múltiplas dimensões**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/desigualdades-raciais-no-brasil-e-suas-multiplas-dimensoes/> Acesso em: 08 de junho de 2019

MARX, K. **O Capital. O processo de produção do capital.** Livro 1.tomo 2. Cap. XXIV. Assim chamada acumulação produtiva. P. 828-882. Bertrand Brasil. São Paulo, 1980.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre estado, política e sociedade. 2 ed. São Paulo-SP: Cortez, 2008. p.133-146.

PEREIRA. P. A. P. Trajetória da política social: das velhas leis dos pobres ao WelfareState. In: **Política Social**: temas&questões. São Paulo-SP: Cortez, 2008. p.59 – 98 SANTOS, J. S. **Particularidades da "questão social" no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ. Tese de Doutoramento, 2008.

SOUSA, C. T. A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Revista Emancipação**, v. 8, n. 1, abr/2008, p. 119-132.